

# economia

## Reajuste impacta mensalidade das escolas privadas

Alguns aumentos registrados neste ano na rede particular passam da média de 8,4% projetada pelo Sinepe/RS

/ CONJUNTURA

Amanda Flora

amandaf@jcrs.com.br

Os pais e pagantes de escolas particulares já sentiram um considerável aumento na primeira mensalidade de 2025 da rede privada do Estado. Conforme o Sindicato do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Sinepe/RS) já havia projetado em sua pesquisa anual, os boletos das instituições de ensino particular tiveram, a partir deste mês, um reajuste de até 8,4%.

Em uma escola particular de Porto Alegre, por exemplo, houve uma diferença de R\$ 155,00 entre as faturas de dezembro de 2024 e de janeiro de 2025, resultando em um aumento de 8,2%. O reajuste, mesmo dentro da margem esperada, pode fazer com que alguns pais repensem a matrícula em 2025.

O presidente do Sinepe, Oswaldo Dalpiaz, afirma que a previsão de ajuste varia com as necessidades de uma instituição para outra. “Cada escola trabalha

com sua planilha de custos e contexto no qual estão inseridas. Infelizmente vivemos um ano de desafios, com a enchente do mês de maio, que afetou muitas escolas”, explica Dalpiaz.

Segundo o Sinepe, o cálculo do reajuste das instituições é baseado em aspectos técnicos e internos. Folha de pagamentos, reparos da infraestrutura, gastos com a operação, investimentos em tecnologia e a manutenção de uma reserva de segurança são alguns dos motivos para o aumento de preços.

Juliana Xavier é servidora pública e sentiu o reajuste das parcelas da escola em que seus dois filhos estão matriculados. Segundo a servidora, o boleto de janeiro deste ano veio com um reajuste de quase R\$ 500,00 em comparação a dezembro passado. “Fiquei bastante surpresa, tendo em vista que foi um aumento de cerca de 15%. Acredito que seja superior ao de outros colégios, não achei justo”, afirma.

A pesquisa do Sinepe, realizada em novembro de 2024, contou

com a participação de 106 instituições do Estado associadas ao sindicato. Cerca de 67% das escolas privadas esperam manter ou aumentar o número de matrículas. Em 2024, foram 890 matrículas e a estimativa para 2025 é que o número salte para 916, um aumento de 2,92%.

Apesar da expectativa de matrículas ser favorável, o reajuste da mensalidade segue previsto. Para Dalpiaz, a mudança tem causas multifatoriais, a crescente queda de alunos matriculados no ensino privado têm relação direta com o envelhecimento da população gaúcha e a escolha dos pais em matricular os filhos em escolas públicas. “Há 15 anos havia mais de 2 milhões de alunos matriculados nas escolas, hoje, todas as escolas públicas do ensino básico no Rio Grande do Sul têm 750 mil alunos matriculados. Há uma diminuição sensível no número de estudantes do Estado”, alega Dalpiaz.

Mesmo com o aumento da fatura, Juliana preferiu seguir com os filhos no ensino privado, porém, a



FREDY VIEIRA/JC

Ajuste dos valores varia conforme necessidade de cada instituição

família teve que se adaptar e até abdicar de algumas escolhas. “Estamos nos ajustando, fazendo alguns cortes de gastos”, afirma a servidora. Ela não entrou em contato com a escola, por isso não soube a razão do ajuste tão acima do esperado na instituição de ensino.

O Sinepe alega que a previsão de reajuste não é fixa, algumas escolas podem aumentar menos ou mais que a média de 8,4%. Outro fator que contribui com o reajuste

é o investimento na equipe técnica das instituições, com a contratação de equipes mais qualificadas que atendam as demandas das escolas.

“O diálogo entre os pais e a equipe diretiva deve ser aberto. As possibilidades de negociações devem ser vistas com base em cada caso. Mas a escola também precisa pensar na sua sustentabilidade como instituição privada”, afirma o presidente do Sinepe.

## Ensino superior apresenta aumento entre 7% e 8% em 2025, aponta sindicato

Algumas universidades privadas também registraram aumentos significativos em suas mensalidades. O exemplo mais recente foi o da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Pucrs), que reajustou o valor das mensalidades do curso de Medicina em 47,39%, que corresponde ao valor de R\$ 3.633,91.

O Sindicato Médico do Rio

Grande do Sul (Simers) está atuando contra o aumento e, em nota, alega que o reajuste “fere o equilíbrio contratual e vai de encontro ao Código de Defesa do Consumidor”. O Simers levou o caso ao Ministério Público e se dispôs a apoiar uma possível judicialização do ocorrido.

Já a Pucrs justificou que o aumento das mensalidades do

curso de Medicina se dá pela mudança de currículo e modernização das atividades.

“No novo currículo, há mais práticas durante todo o percurso acadêmico e o internato também com maior volume de créditos, o que representa mais horas docentes de supervisão e uma diversificação de cenários de prática”, afirma a Universidade

em nota.

O Sindicato do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Sinepe/RS) representa apenas faculdades, centros universitários e universidades que não pertencem ao grupo das universidades comunitárias. A Pucrs, no caso, é uma universidade comunitária e, por conta disso, o Sindicato não responde pela negociação do

reajuste adotado pela instituição.

Em relação ao aumento geral nas faturas do ensino superior, o sindicato diz não interferir, já que cada universidade tem autonomia para ajustar suas cobranças e sustentabilidade financeira. Segundo o presidente do Sinepe/RS, Oswaldo Dalpiaz, o reajuste das mensalidades do ensino privado superior fica entre 7% e 8%.

## Intenção de consumo das famílias e confiança de empresários sinalizam recuperação, diz CNC

/ COMÉRCIO

Tanto a intenção de consumo das famílias quanto a confiança dos empresários do comércio mostraram sinais de recuperação ao fim de 2024, apontou a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

A Intenção de Consumo das Famílias (ICF) avançou 0,2% em dezembro ante novembro, já descontadas as influências sazonais, interrompendo assim uma sequência de cinco meses de quedas, para o patamar de 103,9 pontos, na zona favorável (acima de 100 pontos). O saldo, porém, ainda ficou 1,3% aquém do nível de dezembro

de 2023.

Já o Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) cresceu 0,2% em dezembro ante novembro, para 112,4 pontos, na zona de otimismo (acima dos 100 pontos). Na comparação com dezembro de 2023, o Icec aumentou 3,1%.

“Embora a inflação esteja elevada e os juros em uma trajetória crescente, o comércio brasileiro é forte e dinâmico, e o mercado de consumo interno é inigualável, trazendo um fator que poucos países no mundo têm. Em 2024 tivemos ótimos resultados, com ganhos na reforma tributária, defesa da competitividade das empresas

nacionais e proposição de uma reforma administrativa séria”, justificou o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, em nota oficial.

Na passagem de novembro para dezembro, houve melhora em três dos sete componentes da Intenção de Consumo das Famílias: emprego atual, queda de 0,2%, para 125,8 pontos; renda atual, -0,1%, aos 125,3 pontos; nível de consumo atual, 0,0%, para 90,4 pontos; perspectiva profissional, +0,2%, aos 113,6 pontos; perspectiva de consumo, +0,7%, para 108,8 pontos; acesso ao crédito, -0,7%, para 93,8 pontos; e momento para aquisição de bens de consumo du-

ráveis, +0,5%, para 69,3 pontos.

“Os consumidores estão mais cautelosos devido ao acesso mais seletivo ao crédito e inflação pressionada. No setor empresarial, houve a percepção de avanços em 2024 devido às medidas tomadas pelo Banco Central e o maior dinamismo do mercado interno. O ano de 2025 será desafiador, mas se fizermos o dever de casa, o Brasil tem tudo para engatar uma boa trajetória de crescimento”, avaliou o economista-chefe da CNC, Felipe Tavares, em nota, acrescentando que o item do ICF que mede a avaliação dos consumidores em relação à sua renda atual teve o melhor mês de dezembro da últi-

ma década.

A intenção de consumo aumentou entre os consumidores com renda mais elevada. No grupo com renda familiar abaixo de 10 salários mínimos mensais, houve queda de 1,8% no indicador em dezembro ante novembro, para 100,6 pontos. Entre as famílias com renda mensal acima de 10 salários mínimos, a intenção de consumo subiu 0,4%, aos 120,0 pontos.

No Índice de Confiança do Empresário do Comércio, houve melhora em dois dos três componentes na passagem de novembro para dezembro. O componente de avaliação das condições atuais aumentou 0,7%, para 84,7 pontos.